ADVOCACIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DIRETORIA TÉCNICA LEGISLATIVA
REVOGADA PELA LEI Nº 911, DE 26 DE JUNHO DE 2000.
LEI N.º 877 , DE 10 DE ABRIL DE 2000.

Autoriza a redução da carga horária de Servidor(a) Público(a) Municipal que possua filho(a) portador(a) de Deficiência e dá outras providências.

Lei: **A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS**, aprovou e eu sanciono a seguinte

Art. 1º O Servidor(a) Pública Municipal que tenha filho(a) portador(a) de deficiência, que esteja sobre sua guarda e cuja deficiência o torne incapaz, terá carga horária de trabalho reduzida em 50%(cinquenta por cento).

Art. 2º A redução da carga horária de trabalho se dará mediante requerimento acompanhado de laudo médico, aprovado pela perícia médica do Município e certidão de nascimento do(a) filha(a) portador(a) de deficiência.

Art. 3º A autorização do benefício deverá ser renovada anualmente, observando-se o disposto ao artigo 2º.

Art. 4º A redução da carga horária será considerada de efetivo exercício para todos os fins e efeitos legais.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, aos 10 dias do mês de abril de 2000.12º ano da criação de Palmas.

MANOEL ODIR ROCHA
Prefeito Municipal